

Carroll, Noël, *Humour: A Very Short Introduction*, Oxford, Oxford University Press, 2014, 126 páginas.

Numa pequena obra incluída na coleção de, numa tradução literal, *Muito Breves Introduções*, publicada pela Oxford University Press, Noël Carroll apresenta uma monografia em três capítulos onde se propõe analisar o conceito de humor, a sua natureza e o seu valor. No primeiro capítulo apresenta as que entende como teorias mais relevantes sobre o conceito para melhor as distinguir daquela que julga ser a que melhor define a natureza do humor: a teoria da incongruência. No segundo capítulo examina a relação entre humor, emoção e cognição, para concluir, no terceiro capítulo, com a relação entre humor e valor, especialmente nos termos da função ou funções sociais do humor. A obra inclui ainda a indicação de ulteriores referências de leitura e um índice onomástico.

Utilizando, amiúde, como suporte da sua análise exemplos de anedotas, diz-nos que se após termos ouvido uma estivermos divertidos, num estado de divertimento cómico, (“comic amusement”, no original) o objeto desse divertimento é o humor. Apresenta de imediato a sua tese que o divertimento cómico é um estado emocional, como o medo ou a fúria.

A emoção, define, é uma avaliação dirigida a um objeto particular julgada à luz de um certo critério de correção e que causa certos estados fenomenológicos e/ou psicológicos no sujeito que está a sofrer essa emoção. O divertimento cómico é, defende, uma emoção que é dirigida a objetos particulares, que cumprem determinados critérios, onde a avaliação dá causa um estado de contentamento e uma experiência de leveza que, em si mesma se relaciona com uma ativação reforçada da rede de gratificação do sistema límbico do cérebro.

No intuito de sustentar esta tese N. Carroll vai buscar a origem etimológica do humor encarando-o como algo que está presente em todas as sociedades humanas e que já é analisado pelos pensadores há muito tempo. Apresenta algumas teorias do humor, Platão, Aristóteles, Epicteto, Hobbes são apresentados como exemplos da *teoria da superioridade*, que se pode resumir na ideia hobbesiana, diz-nos, que o riso resulta da perceção de defeitos noutros que reforçam em nós um sentimento de superioridade. Apesar de vários exemplos que parecem suportar esta teoria N. Carroll conclui que ela tem limitações pois que há muitas ocasiões em que rimos sem que haja da nossa parte sentimentos de superioridade, como nos casos de riso de auto depreciação, o riso infantil, ou casos em que rimos da superioridade do outro. Bem como há casos onde rimos sem que se vislumbre qualquer tipo de ligação a sensações de superioridade e também há muitos casos em há clara sensação de superioridade e não rimos.

Durante análise N. Carroll introduz a interessante e pertinente pergunta se o riso é, de facto, o objeto adequado de uma teoria do humor. Pois que, sustenta, o riso é uma resposta não só ao humor mas também às cócegas, ao gás hilariante, a várias drogas, a certos espasmos epiléticos, ao nervosismo, à hebefrenia, e ainda ao sexo,

à vitória e ao próprio riso como contagiante. O humor produz riso mas também uma sensação de alegria ou leveza. Daí que (dirigindo a crítica a Hobbes mas que se aplica a todos os que analisam apenas o riso) partindo do riso talvez não se possa chegar de todo a uma teoria do humor, este seria mais lato, parece ser a tese.

As críticas às insuficiências da tese da superioridade levam o Autor a apresentar como sua preferida a *teoria da incongruência* ou melhor, refere, a incongruência *percebida*. Atribuindo a sua gênese a Francis Hutchenson diz-nos que o que é essencial na teoria da incongruência é que o divertimento cômico resulta de um desvio de uma norma pressuposta – querendo dizer uma anomalia, uma incongruência, em relação à forma que julgamos correta de como o mundo é ou julgamos que deve ser.

Não se trata de uma subversão da expectativa, a teoria da incongruência é uma noção comparativa. Pressupõe que algo é discordante de outra coisa. No que diz respeito ao divertimento cômico, essa *outra coisa* é como o mundo devia ser.

Apresentada a ideia o Autor, entre exemplos e referências ao pensamento de vários filósofos, diz que, em linhas gerais, a noção de incongruência pressuposta aqui pode ser inicialmente descrita como uma problematização do sentido.

Não pretende o Autor que esta teoria seja a resposta final ao problema do humor, bem pelo contrário caracteriza-a como a mais promissora e identifica desde logo o problema da própria definição de incongruência e que mesmo que admitamos saber o que é há ainda muitas incongruências que podem não causar divertimento mas medo ou angústia. Daí que seja preciso acrescentar que no humor não pode haver percepção de ameaça pessoal, algo que já se pode encontrar em Aristóteles refere. Ou então “uma anestesia do coração” na senda de H. Bergson.

Chega então o Autor a uma definição provisória de humor, ou melhor da teoria da incongruência, afirmando que alguém está divertido comicamente se e somente se: 1) o objeto do seu estado mental é a percepção de uma incongruência; 2) que não é considerado como ameaçador ou causador de ansiedade; 3) nem sendo incómodo; 4) e que é abordado não com a ideia de resolver um problema; 5) mas antes apreciado pela percepção da própria incongruência. Irá mais adiante no texto revisitado e completar esta definição, depois de ter apresentado outras teorias do humor (da *libertação* e *disposicional*) acrescentando então: 6) que esta incongruência percebida dá origem a uma sensação de leveza.

No segundo capítulo o Autor analisa se o humor é uma emoção começando por encontrar similaridades com outras emoções apresenta argumentos de que o divertimento cômico não é uma emoção com apelo a autores com J. Morreal e R. Scruton, utilizando J. Miller, M. Minsky e S. Freud como apoio ou transição para a sua defesa do divertimento cômico como uma emoção. Aqui o Autor afirma que a sua posição é de grande valor heurístico pois que permite avaliar em situações concretas o fenómeno do humor e fazer sobre ele perguntas com mais clareza.

Algumas dessas perguntas e respostas compõem o terceiro e final capítulo. Qual o valor do humor? Reprodutor ou disruptor de normas? O Autor defende que uma

das funções principais do humor é reforçar as várias constelações culturais, reforçando as normas que existem, ou mesmo pré-existem, em determinadas comunidades. O humor, onde tem sucesso, cria comunidades de riso. Estas correspondem a comunidades ligadas por certas normas. O humor não cria estas normas, mas prospera porque elas existem. Desta forma, a função do humor é defender a norma. Isto, diz o Autor, sem que, necessariamente, o humor seja conservador, porque frequentemente essas comunidades de riso escarnecem à custa dos outros, pintados como defeituosos em relação às normas dos ridentes. Daqui prossegue o Autor para questionar a relação entre moral e humor, apresentando as teses do amoralismo cómico, da malícia no riso, do eticismo cómico e moralismo cómico. Sem tomar parte definitiva por nenhuma Noël Carroll, salientando a função do humor supra citada, recusa a ideia que o humor possa estar para lá do bem e do mal e, talvez num registo demasiado cauteloso, termina recomendando prudência na sua utilização.

A obra parece-nos um excelente exercício do que pretende ser: uma breve introdução à problemática do riso/humor. A uma tal obra não se pode pedir que seja exaustiva. As teses são apresentadas de forma clara e o Autor tem o cuidado de apresentar quase sempre exemplos e na argumentação procura também apresentar as posições em conflito apoiadas nas leituras de filósofos e cientistas, que cita.

Seria bem-vinda a tradução desta obra para português.

Artur Lemos da Silva

Doutorando. Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
arturls@hotmail.com

DOI: https://doi.org/10.14195/0872-0851_53_10

Recensão a “Wittgenstein on Mathematics and Certainties”, de Martin Kusch, *International Journal for the Study of Skepticism*, 6 (2016), 120-142.

doi:10.1163/22105700-00603004

Em *Wittgenstein on Mathematics and Certainties*, Kusch procura contribuir para o debate acerca da possibilidade epistémica da leitura de *Da Certeza* (=DC, 1969). Para o evidenciar, coloca-se em oposição a uma ‘leitura não-epistémica’ feita por Marie McGinn e Danièle Moyal-Sharrock que, no desenvolvimento de uma analogia entre enunciados matemáticos e certezas, em que os primeiros serviriam de modelo à constituição das segundas, adoptaram uma tese de contornos gramaticais, assente numa ‘não-proposicionalidade’ do que consideram ser ‘indubitável’. Kusch assume um ponto de vista díspar, propondo uma caracterização de proposições matemáticas e certezas governada por cinco critérios segundo os quais distingue a sua posição da